



A ACTIVIDADE ARQUEOLÓGICA

NO CONCELHO DE MACEDO DE CAVALEIROS;
UMA RETROSPECTIVA DO SÉCULO XX

Elsa Luís Mestre em Arqueologia, Uniarq (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa), elsavluis@gmail.com

Jessica Represas Mestre em Arqueologia, jessicarepresas@gmail.com

Carlos Mendes Licenciado em Arqueologia e História; Mestre em História Regional e Local, Presidente da Associação Terras Quentes, carlm@sapo.pt

“ (...) Trás-os-Montes, província vasta, muito importante e muito interessante, nomeadamente para o acheologos, porque alli abundam monumentos e vestígios da mais remota ocupação”. (Ferreira, 1895, p. 47).

A publicação da 10ª edição dos Cadernos Terras Quentes motivou, nesta equipa lisboeta envolvida com a paisagem transmontana, o ensejo de produzir balanços, e de colocar a nossa própria actividade em perspectiva. Enquadrá-la no panorama da “História da Arqueologia”, foi, talvez, um objectivo ambicioso, conquanto fazemos parte dela - o exercício pretendido obriga a um distanciamento de que talvez não sejamos totalmente capazes. O Concelho de Macedo de Cavaleiros goza hoje da iniciativa da Associação Terras Quentes, para cujos elementos o património se vislumbra num projecto regional integrado, comprometido com o objectivo de divulgar e promover

o conhecimento do passado também localmente, e não apenas nos circuitos científicos fechados. Nesta perspectiva, pareceu-nos pertinente compilar uma retrospectiva da actividade arqueológica no Concelho, dando a conhecer os seus principais ciclos e agentes. A Arqueologia portuguesa tem-se desenvolvido numa dinâmica muito própria, que não é alheia ao enquadramento internacional, mas naturalmente influenciada pelas conjunturas políticas e económicas internas. Trás-os-Montes inscreve-se nesta história, pautada por ritmos particulares, e encabeçada por actores concretos, que procuraremos aqui sistematizar.



1. ANTECEDENTES - DA "IDADE DE OURO" À "IDADE DAS TREVAS" DA ARQUEOLOGIA PORTUGUESA

"Rasgou-se um horizonte quase completamente desconhecido; a civilização moderna achou as suas origens, e o homem o seu precursor natural".

(Vasconcellos, J. L., 1885, p. 4)

Para falar do século XX, é necessário recuar um pouco no tempo, e começar a história ainda na segunda metade do século XIX.

Esta centúria é marcada, nas mais diversas áreas do conhecimento, por viragens assinaláveis nas concepções pré estabelecidas. O ânimo positivista, a progressiva "credibilização" da Ciência e da Razão, do Homem enquanto objecto de estudo, lentamente liberto dos cânones bíblicos no que concerne ao seu auto conhecimento, impregna progressivamente toda a prática científica. A Pré-história ganha lugar nas agendas dos investigadores, alargando o espectro de interesses da Arqueologia para além das grandes "civilizações históricas". A recolha exaustiva de dados torna-se *praxis*. A Arqueologia era uma actividade exercida por intelectuais¹, oriundos de elites esclarecidas, de cuja iniciativa pessoal emanava toda a dinâmica científica, e Portugal inscrevia-se de forma activa nos circuitos científicos europeus. É um período de assinalável pujança científica, de protagonismo do artefacto, da memória material, do passado remoto, que importava agora conhecer, inventariar, divulgar.

Apesar da renovada atenção dispensada às questões relacionadas com o património arqueológico um pouco por toda a Europa, a Arqueologia é ainda totalmente dependente desta iniciativa pessoal, muitas vezes sem qualquer tipo de enquadramento institucional, e das relações estabelecidas entre estes homens.

A iniciativa regional foi particularmente florescente na "época de ouro" da arqueologia portuguesa, graças à acção individual de algumas destas personalidades. Regiões como a de Alcobaça ou o Algarve, gozaram da acção de homens como Vieira Natividade e Estácio da Veiga (respectivamente), numa época em que mais do que uma história das instituições arqueológicas, é pertinente traçar a história das personalidades arqueológicas. O Norte de Portugal é disso exemplo, colocado nos circuitos científicos graças ao papel de estudiosos como Martins Sarmiento, cujos interesses relacionados com a génese da identidade portuguesa, motivaram o grande investimento dedicado ao mundo castrejo. Assim, todas as regiões do país eram agora mananciais inesgotáveis de informação sobre o Homem em épocas remotas, dados à estampa com bastante regularidade.

"É muito avultado o número de revistas portuguesas, no decorrer do século XIX é este primeiro quartel do XX, bastante mais do que poderia deixar supor a pequenez do país e a grande percentage de analphabetos (...)"

(Figueireido, 1925, p. 5).

Este tipo de relação com o passado surge, à luz da arqueologia profissional e institucional do séc. XXI, como uma actividade lúdica, contemplativa, dependente do rigor que cada investigador pretendia imprimir aos seus trabalhos. Foi, apesar disso, uma época de intensa produção bibliográfica e identificação de sítios, lançando-se inexoravelmente as bases para a definição do conceito de Património.

A literatura, concretamente o caso paradigmático do Arqueólogo Português, permite-nos rastrear a atenção nacional dispensada a determinadas regiões portuguesas, e Trás-os-Montes é, desde cedo, identificada como um território de grande potencial. Abundam, em toda a primeira série da publicação, entradas como títulos como "*notícias archeologicas de Trás os Montes*" ou "*Archeologia trasmontana*".

"Em nenhuma das nossas províncias talvez se encontrem tantos vestígios e tantos monumentos da idade da pedra, como na provincial trasmontana".

(Ferreira, 1895, p. 48).

¹ Importa observar que estes intelectuais se dedicavam a diversas áreas do conhecimento, e não exclusivamente à Arqueologia.



“Oxalá os nossos governos se dignem a olhar a sério para estas análogas construções das antigas civilizações. Se um dia assim suceder, Trás os Montes de certo há-de ministrar grande e variado contingente de preciosidades pré-históricas para a formação de um grande museu acheológico. Que Portugal desperta da sua lethargica prostração, e neste ponto siga ao lado das outras nações civilizadas – é o meu maior desejo”

(Tavares, 1895, p. 109).

Nas entradas da primeira série do Arqueólogo Português relativas a Trás-os-Montes, destacam-se diversas notícias relativas a achados no Concelho de Macedo de Cavaleiros e zonas vizinhas, bem como a repescagem de informação sobre sítios, lendas e tradições locais nas Memórias Paroquiais de 1758 e outras fontes documentais. Nos meandros destas nótulas encontramos referências a sítios arqueológicos e achados avulsos no Concelho de Macedo de Cavaleiros. Recolhida das Memórias Paroquiais, por exemplo, encontramos referência a uma torre de pedra na freguesia de Chacim (Azevedo, 1897, p. 199). Neste âmbito, encontramos também, recolhida do “Diccionario Geographico” de Cardoso, a notícia, em Curujas, de um “monte chamado Caunha” com vestígios de uma Fortaleza (Figueiredo, 1897, p. 286). Macedo de Cavaleiros surge também no exercício de fixação escrita de lendas e histórias, como por exemplo a “chave de S. Pedro” de Macedo de Cavaleiros (Azevedo, 1900, p. 159).

Na freguesia de Lamalonga, estão referenciados o “lagar dos mouros”, a “Fraga dos sete zorros”, e o “Alto do Cercado”, onde Albino Pereira Lopo afirma ter identificado restos de um castro, bem como várias fragas com “covinhas”. Estes vestígios são atribuídos à “obra do homem em ephoca muita remota”. (Lopo, 1897, p. 287). Em Villa Nova de Dona Chama, também no concelho de Lamalonga, referencia-se, na Fraga da Moura, um “lagar dos mouros” (Lopo, 1905, p. 239),

bem como dois marcos miliários desenterrados “no adro de uma capelinha de S. João”. (Lopo, 1907, p. 163). Existem também relatos de descobertas epigráficas, como a ara votiva de Lamas, “metida numa das paredes” de uma capela abandonada (Lopo, 1900, p. 293), a de Malta, freguesia de Olmos, consagrada ao deus Aerno (Alves, 1908, p. 184), ou ainda a ara funerária de Pinhovelo (Lopo, 1920, p. 240).

Reportamo-nos, como já foi dito, a uma época em que a Arqueologia dependia em grande medida da acção individual de intelectuais. (Imagem 1) A personagem que terá dispensado maior atenção ao Concelho de Macedo de Cavaleiros foi o militar Albino Pereira Lopo. Nascido em 1860, em Estevais (Mogadouro), foi responsável pela identificação de diversos sítios arqueológicos no Norte de Portugal, bem como pela criação do Museu de Bragança, legado mais tarde herdado pelo Abade de Baçal (e renomeado, em 1935, Museu Regional do Abade de Baçal).

Este renovado gosto pelo passado, pelo resgate da memória colectiva das regiões e do seu património cultural, material e imaterial, foi o mote para a criação, em diversas latitudes do país, de museus locais/regionais. O Museu Arqueológico de Moncorvo foi o primeiro museu arqueológico de Trás-os-Montes, exemplo do tipo de iniciativas de cariz regional, em oposição ao centralismo lisboeta (Fabião, 1999, p. 110).

“(...) a erudição historicista com (...) raízes oitocentistas, tão divulgada por todo o Portugal, (...) fez emergir em cada localidade ou região um erudite ou sábio de assuntos da área geográfica em que nascera, ou à qual se encontrava profundamente vinculado.”
(Soeiro, 2000, p. i).

“N’O Transmontano, de 13 de Novembro de 1902, leio também o seguinte: “Fomos sempre de acordo com a civilizadora ideia da fundação de um Museu Municipal, em Moncorvo. Mas é necessario accentuar bem que a sua criação é da exclusive iniciativa do nosso chefe político, que de ha muito tem pugnado por que ella se torne efectiva.””
(Vasconcellos, 1903, p.283).



IMAGEM 1 – FOTOGRAFIA DE ALBINO PEREIRA LOPO, RETIRADO DE [HTTP://MOGADOURENSE.BLOGSPOT.PT/](http://mogadourense.blogspot.pt/)



Apesar da relativa atenção dispensada ao espaço transmontano nesta época, a verdade é que o tipo de Arqueologia aqui praticada não ultrapassa os limites da referência, da acumulação paulatina de notícias e achados isolados, não existindo escavações propriamente ditas. Em comparação com, por exemplo, as intervenções nos castros minhotos, nos concheiros de Muge ou nos monumentos megalíticos dos arredores de Lisboa, não encontramos um real investimento em projectos consequentes desenvolvidos neste território, nem tão pouco com projecção internacional. Leite de Vasconcellos tece, no preâmbulo do seu *Portugal Pré-Histórico* (1885), um resumo significativo do panorama da Arqueologia pré histórica no final do século XIX – a par com os grandes nomes da Arqueologia estremenha, alentejana e algarvia (Pereira da Costa, Nery Delgado, Gabriel Pereira

ou Estácio da Veiga), os trabalhos desenvolvidos a Norte dignos de referência resumem-se àqueles produzidos pelo “*infatigável archeologo sr. dr. Martins Sarmiento, [que] desenterra cidades mortas.*”

Assim, Macedo de Cavaleiros (e Trás os Montes, de uma forma geral), não é um território desconhecido da Arqueologia, mas está ainda longe de ser alvo de estudos verdadeiramente significativos.

O início do século XX, com o desencadear do conflito internacional, e internamente, o advento da 1ª República portuguesa, instala-se na franja intelectual da sociedade um desânimo pelo progresso alicerçado na ciência positivista, e uma renovada necessidade de afirmação nacional.

“É no sentido de fazer parar todo o processo civilizacional oriundo do desenvolvimento mal orientado da industrialização e da ciência oitocentista que o Abade [de Baçal] espera que seja esse próprio desenvolvimento técnico-científico desencadeado e ligado à arte bélica a por fim a esta civilização calamitosa, propondo, desta forma, um retorno a um estado mítico original puro (...).”

(Jacob, 2000, p.XXXII)

De um ponto de vista estritamente ideológico, as circunstâncias políticas do início do século XX ditaram de algum modo uma viragem nos objectivos da investigação científica. A arqueologia é amplamente utilizada como alicerce para discursos historiográficos

dirigidos para a afirmação do sentido patriótico e nacionalista das nações europeias (nomeadamente Portugal). Assiste-se, assim, no primeiro quartel do séc. XX, a um abrandamento significativo da actividade arqueológica.

“(...) os grandes projectos existentes (...) estiveram activos enquanto existiram os seus fundadores; a morte destes ou o seu afastamento de Portugal (...) acabaram por conduzir ao abandono dos projectos que dirigiam.”

(Rocha, 2005, p. 47).

As clivagens entre grandes vultos da intelectualidade, de índole pessoal e concernentes à natureza das suas agendas científicas, tiveram também um severo impacto na produção científica, e promoveram uma acentuada polarização dos meios académicos. De facto, a relação entre a Lisboa cosmopolita e o resto do país não foi sempre pacífica. Como Carlos Fabião sublinha, as boas relações entre a esfera do Norte e o centro lisboeta foram perturbadas por atritos que, em última instância, também ditaram o abandono de algumas linhas de investigação e de relações académicas profícuas (1999). Este afastamento entre o centro e a periferia eventualmente triunfou, circunstância comprovada também pelo virtual desaparecimento das paragens transmontanas e do Norte Português dos índices da segunda série do *Arqueólogo Português*, já sob a alçada de Manuel Hellen. Esta publicação passa a ser reservada quase

exclusivamente à investigação no âmbito geográfico centro- sul, exacerbando esta compartimentação da Arqueologia portuguesa. Paradigmático é o texto de Manuel Hellen, intitulado “*Um quarto de século de investigação arqueológica*”, onde faz um apanhado do “*estado da Arqueologia portuguesa, quando 1929 tomei conta do Museu*”. Discorrendo sobre os sucessivos períodos arqueológicos, deixa bem patente a primazia deste território meridional.

A *Portugalia – revista de cultura, tradição e renovação nacional*, surge exactamente neste contexto, enquanto reacção ao primado do Arqueólogo Português (Rocha, 2005) dotada de um âmbito temático mais variado. No entanto, nos seus índices encontramos artigos dedicados à música, ao teatro, e a questões do foro político na ordem do dia, enquanto conteúdos relacionados com o património arqueológico são

1 Importa observar que estes intelectuais se dedicavam a diversas áreas do conhecimento, e não exclusivamente à Arqueologia.



virtualmente inexistentes, e espelham o esmorecer da ciência de âmbito “universalista”, substituída por conteúdos de nacionalista.

É ainda no final do século XIX que Francisco Manuel Alves (Abade de Baçal) (Imagem 2) se dedicou à compilação da sua monumental obra *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, sendo Trás-os-Montes o alvo de todas as suas atenções científicas. A obra materializa um gigantesco corpo de informação inventariada sobre a região, abrangendo todas as épocas históricas, e de temática muitíssimo variada. A Arqueologia propriamente dita surge de forma tímida, indestrinçável dos interesses históricos, etnográficos e políticos do Abade. O primeiro volume é publicado em 1910, e os restantes durante toda a primeira metade do século XX (é, no entanto, ainda em 1908 que encontramos as suas primeiras referências a Macedo de Cavaleiros). No primeiro tomo, reflecte-se sobre temáticas históricas variadas, baseadas em fontes documentais medievais e modernas, bem como outros temas do quotidiano trasmontano. O Segundo tomo é de natureza eclesiástica, com textos dedicados a figuras e monumentos da igreja local. Os, terceiro, quarto e oitavo tomos são dedicados à publicação exaustiva de um monumental acervo documental relativo à região, enquanto o quinto visita as minorias étnicas instaladas no distrito. Todo o sexto tomo é dedicado à genealogia regional, e o sétimo aos Notáveis. Nos, nono, décimo e décimo primeiro volumes, “*estamos fundamentalmente perante uma*

última colecção de adendas que nos remetem para os mais variados encabeçamentos de todos os outros volumes, singelamente ordenadas por ordem alfabética.” (Soeiro, 2000, p. ii); uma compilação de factos algo caótica e que se regia pelo princípio, nas palavras do Abade de Baçal, de “*publicar tudo o que por qualquer forma dissesse respeito ao distrito de Bragança, fosse qual fosse o campo temático abordado, a cronologia ou o tipo de fonte a utilizar*” (Idem). A obra constitui um extensor depósito de dados, muitas vezes avulsos, do qual a temática arqueológica pura está apartada. Assim, e mais uma vez, o Concelho de Macedo de Cavaleiros está votado à referência pontual, concernente a achados isolados.

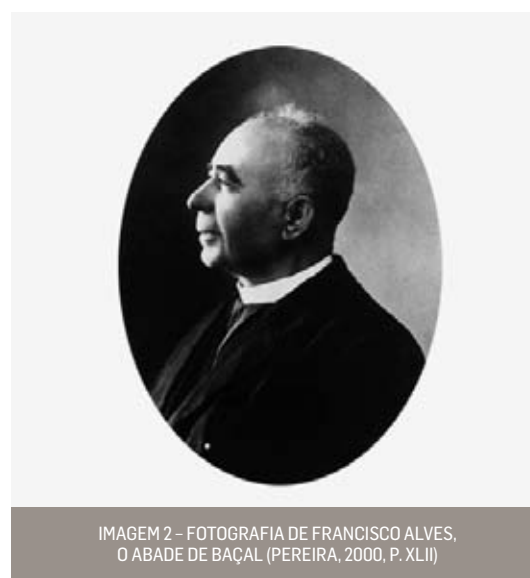


IMAGEM 2 - FOTOGRAFIA DE FRANCISCO ALVES, O ABADE DE BAÇAL (PEREIRA, 2000, P. XLII)

2. O ESTADO NOVO

A nova ordem política, centralizadora e repressora, deixou duras marcas na actividade arqueológica sua contemporânea. A profícua busca de conhecimento levada a cabo por vários investigadores/curiosos/primeiros arqueólogos nos últimos 50 anos tende a perder continuidade e a “plataforma de comunicação laboriosamente construída pelos eruditos oitocentistas, esta rede de troca de informação e saber, vai dissolver-se nos anos cinzentos do Estado Novo” (Lemos, 2001, p.22). A construção do conhecimento é agora regida segundo uma necessidade ideológica muito clara, a do enaltecimento da Nação Portuguesa e a reafirmação da identidade nacional.

Neste sentido, tal como se verificou, a maior escala, nas ditaduras europeias, o discurso sobre o património cultural tende a ser centralizado. Caso paradigmático neste particular é o do Museu Nacional de Arqueologia que assume agora funções e

responsabilidades de chefia dos trabalhos arqueológicos produzidos em Portugal, assinalada no decreto-lei 21117 de 18/IV/1932 que “atribui ao director do Museu Nacional de Arqueologia a competência de autorizar, fiscalizar e mesmo suspender as escavações arqueológicas efectuadas por outrem” (Fabião, 1999, p. 122) deixando sob os ombros de Manuel Heleno (director entre 1929 e 1966) a responsabilidade de incentivar e dinamizar a arqueologia portuguesa, de que terá ficado muito aquém. Na realidade, o isolamento de Manuel Heleno associado a conflitos mais ou menos exacerbados com os seus pares contribuiu para que a arqueologia portuguesa se fechasse cada vez mais sob si própria ficando distanciada das correntes e novidades científicas internacionais.

Com a suspensão d'O Arqueólogo Português entre os anos 20 e 50, a maior plataforma de publicação de notícias e trabalhos arqueológicos nacional, e o seu retorno em moldes completamente distintos do



anterior, com as rivalidades crescentes, como já foi referido, entre a “arqueologia central de Lisboa” e os trabalhos de Mendes Corrêa no Minho, as menções a Trás-os-Montes na literatura especializada tendem a rarear. Poucos são os investigadores que se dedicam aos estudos transmontanos e estes raramente assumem uma divulgação nacional.

Será já nos anos 60/70 que começam a surgir trabalhos e publicações mais desenvolvidos sobre realidades de Trás-os-Montes.

Sob a alçada da revista *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, associada ao Instituto de Antropologia Dr. Mendes Corrêa, estudos sobre materiais e sítios arqueológicos são agora publicados e divulgados. De facto, esta revista, com uma periodicidade bastante regular e abrangendo informação sobre o norte de Portugal mas também sobre outros pontos do país, constituiu o contraponto ao Arqueólogo Português do “museu de Lisboa”. As referências a Trás-os-Montes começam a ser frequentes nos anos 60, mas sobretudo nos anos 70 e 80. Um dos primeiros trabalhos incide sobre materiais metálicos da Idade do Bronze publicado por Carlos Teixeira e Maria da Soledade de Castro Fernandes em 1963 “Machados planos de Montalegre”; em 1968 são publicados dois estudos também sobre Montalegre, o “Castro de S. Vicente da Chã” por Osvaldo Freire e “Quatro lanças de bronze de Lama Chã” por J. R. Santos Júnior. Nos finais dos anos 70 será este último investigador, Santos Júnior (1901-1990) (Imagem 3), professor jubilado da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e Presidente da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, que mais se dedica ao estudo de determinadas realidades transmontanas. O seu gosto incidiu especialmente sobre os famosos berrões da Idade do Ferro que se encontram descritos, fotografados, desenhados e comentados com ampla frequência. Escreve, em 1975, “A cultura dos berrões no nordeste de Trás-os-Montes” não qual “estudámos e publicámos um total de 49 berrões proto-históricos, encontrados em Trás-os-Montes e na Beira Douro confinante [...] levou-nos a emitir a hipótese de se poder considerar a cultura dos berrões como uma notável manifestação espiritual de veneração zoolátrica, com remotas e fortes raízes implantadas nos castros transmontanos...” (Santos Júnior, 1977, p. 5). Em 1977 publica o estudo “Novos elementos da remota zoolatria em Trás-os-Montes” com elementos provenientes de Freixo-de-Espada-à-Cinta e de Chaves e ainda, em colaboração com Adolfo Magalhães e Adérito Medeiros Freitas os resultados das campanhas de escavação no “castro de Curalha”. Em 1978 publica estudos sobre “as gravuras rupestres do Outeiro Machado” em Chaves e sobre a “Estação

arqueológica do Olival das Fragas” em Moncorvo no mesmo volume em que António Maria Mourinho publica “Ponte romana no rio Tuela e síntese das vias e pontes romanas no nordeste Transmontano”.

A regularidade de publicação sobre realidades arqueológicas (e etnográficas) transmontanas continua pelos anos 80, de que falaremos mais à frente.

Fora do campo de acção de Santos Júnior e da “sua” Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia são realizados poucos trabalhos no território aqui considerado, sobretudo tendo projecção nacional. Destaca-se aqui a escavação da Gruta de Dine em Vinhais por Carl Harpsøe em 1964 e o estudo de Martin Höck e Luís Coelho “Materiais metálicos da colecção arqueológica do Museu Abade de Baçal em Bragança” publicado no *O Arqueólogo Português* (1972, p. 219-250) no qual são referidas as alabardas de tipo “Carrapatas” provenientes de Vale Benfeito, Macedo de Cavaleiros. Também o conhecido investigador da época, Fernando Russel Cortez, entre outros interesses, se dedicou ao estudo de algumas realidades transmontanas, com a publicação da monografia “Novos materiais para o estudo da Idade do Bronze de Trás-os-Montes e Alto-Douro” (1949) e subsequente publicação da síntese deste trabalho no V Congresso Arqueológico do Sudoeste em Almería (1950), no qual faz uma breve referência às já mencionadas alabardas “Carrapatas” de Macedo de Cavaleiros.

No entanto e comparativamente com outras regiões do país, a informação é ainda pontual e decorrente de estudos de colecções antigas sem que haja grande investimento em escavações de novos sítios. Denota-se igualmente um maior investimento das áreas de Trás-os-Montes Ocidental, ficando o interior reservado para as décadas seguintes...



IMAGEM 3
RETRATO DE JOAQUIM SANTOS JÚNIOR,
RETIRADO DE SIGARRA.UP.PT



3. A ACTUALIDADE

As últimas três décadas trouxeram uma alteração sem precedentes no que diz respeito ao tratamento e gestão do património arqueológico a nível nacional, com notórias repercussões em Trás-os-Montes e, em particular, no concelho de Macedo de Cavaleiros.

Por um lado, multiplicaram-se os projectos de investigação associados, maioritariamente mas não só, às universidades com cursos de Arqueologia, que implicaram várias campanhas de escavação e prospecção em praticamente todas as áreas do país. Teses de doutoramento inspiraram linhas de investigação nos anos 80, novas problemáticas científicas foram desenhadas e desenvolvidas integrando equipas cada vez mais diversificadas. Hoje multiplicam-se investigadores, centros de investigação, protocolos institucionais, pontes com as “ciências duras” numa óptica transdisciplinar, teses de mestrado e doutoramento, sínteses e monografias de sítios arqueológicos, projectos de investigação plurianuais, etc. Ainda que com dificuldades, sobretudo no que toca a financiamentos, a investigação arqueológica no plano nacional tem vindo a proliferar resultados e novas problemáticas.

Os anos 80/90 foram igualmente o período das grandes “revoluções” metodológicas, em que se estabeleceram regras e métodos de acção de campo e de tratamento de materiais ao mesmo tempo que escolas de investigadores se formaram. Foi tendencialmente a partir dos anos 80 que a arqueologia portuguesa começa a absorver as novidades internacionais na investigação arqueológica e se observa um “boom” de escavações e publicações rigorosas sobre inúmeros sítios em todo o país.

Em Trás-os-Montes foram pioneiros os trabalhos desenvolvidos por Susana Oliveira Jorge centrados nas áreas de Chaves e Vila Pouca de Aguiar (1986), de Francisco Sande Lemos na área de Trás-os-Montes Oriental (1993) e de Maria de Jesus Sanches no Planalto Mirandês (1992; 1997), que lançaram importantes linhas de trabalho para o futuro e abriram as paisagens transmontanas à comunidade científica nacional. Estes trabalhos implicaram em primeiro lugar uma redescoberta do território e do potencial informativo que este detinha, através de campanhas de prospecção, de inventariação de sítios,

de realocização e verificação de informação legada pelos antigos estudiosos como Abade de Baçal ou Joaquim Neto. Nos casos de S. Oliveira Jorge e M. Jesus Sanches foram promovidas várias campanhas de escavação em vários sítios arqueológicos que se materializaram em publicações nas revistas científicas da época, como os já referidos Trabalhos de Antropologia e Etnologia ou a recente criada Arqueologia da Universidade do Porto. Ainda que dedicados a períodos cronológicos específicos e a problemáticas científicas muito concretas estas duas investigadoras tiveram o mérito de criar escolas de investigação, de estabelecer bases e linhas de trabalho, dialogar com as autoridades locais e com elas promover o património local através da criação de museus e outras acções, veículos essenciais na preservação e divulgação dos resultados da investigação.

Ao mesmo tempo Santos Júnior e as suas equipas continuam os seus trabalhos, tendo as suas publicações cada vez mais referências a sítios transmontanos, situados em Freixo de Espada-à-Cinta; Alfândega da Fé, Torre de Moncorvo, Miranda do Douro, Bragança, Mogadouro, etc., mas aparentemente sem qualquer referência a Macedo de Cavaleiros (cf. Santos Júnior, 1975).

Os projectos de investigação no concelho de Macedo de Cavaleiros centram-se já no século XXI fomentados pela Associação Terras Quentes (Vide Infra).

Por outro lado, toda uma nova forma de fazer arqueologia foi ganhando terreno nas últimas décadas e é hoje a maior “máquina” de intervenção junto do património arqueológico em todo o país.

Referimo-nos à Arqueologia de Emergência/Salvamento, muitas vezes designada (pela sua profunda associação a empresas particulares) de Arqueologia Privada. Este facto resulta da carência de uma estrutura que pudesse fazer frente às necessidades de protecção do património arqueológico posto à vista e, na maioria das vezes, destruído, através da acção de intervenções no subsolo nomeadamente pela construção de infra-estruturas públicas e privadas de desenvolvimento nacional. Os casos mais paradigmáticos e mediáticos foram sem dúvida, por um lado, o projecto de construção de barragem

no vale do Côa que, como nos lembramos, alertou para a descoberta de um dos maiores campos de arte rupestre paleolítica da Península Ibérica (e da Europa?) e a necessidade de proteger o que é hoje, felizmente, património mundial; e por outro, o grande empreendimento da barragem do Alqueva que acarretou transformações sem igual na arqueologia portuguesa. Este último caso foi fundamental para a constituição de métodos de trabalho em contexto de obra; para a criação de muitas empresas de apoio a trabalhos arqueológicos, para a visibilidade da classe profissional e também para a necessidade de estudos completos e rigorosos aquando da fundamental “preservação pelo registo científico” do património que inevitavelmente irá ser destruído. Paradoxalmente com o caso do Côa, o Alqueva constitui um exemplo paradigmático em que uma grande obra permitiu não só recolher mas também financiar a intervenção nas áreas afectadas, resultando na compilação de um acervo de dados sem precedentes.

A legislação torna-se aqui incontornável como protecção do património cultural e também do próprio trabalho dos agentes culturais: arqueólogos, antropólogos, arquivistas, etc. Após várias reformulações a legislação actualmente em vigor é de 2001, a Lei de 107/2001 de 8 de Setembro, que “estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural”, estando o património arqueológico considerado nos artigos 74 a 79, que considera que todos os “bens provenientes da realização de trabalhos arqueológicos constituem património nacional” (Art. 74, nº 3) e que “aos bens arqueológicos será desde logo aplicável, nos termos da lei, o princípio da conservação pelo registo científico” (Art. 75, nº 1). Encontra-se igualmente consagrado que “os promotores das obras ficam obrigados a suportar, por meio das entidades competentes, os custos das operações de arqueologia preventiva e de salvamento tornadas necessárias pela realização dos seus projectos” (Art. 79, nº 3).

Neste sentido, todos os projectos públicos e privados que pressuponham a intervenção no subsolo ou em áreas de elevado interesse patrimonial têm obrigatoriamente que incluir medidas de protecção e salvaguarda do património, ou seja, um conjunto de procedimentos a seguir consoante as necessidades de cada projecto: integração em Estudos de Impacte

Ambiental (reconhecimento, com base em bibliografia e, sobretudo, prospecção da área de afectação da obra, do potencial arqueológico de determinado local; registo de vestígios de superfície ou de património edificado/etnográfico na área de afectação); escavação de sítios arqueológicos dentro das áreas de afectação e que virão a ser destruídos, sempre que o justifique; acompanhamento integral das fases de obra que impliquem remoção/remeximento do subsolo e alteração/destruição de ocorrências patrimoniais à superfície e ou de património edificado.

No entanto, estes trabalhos são muito desiguais, e na maioria dos casos trata-se de apenas uma identificação sumária das ocorrências patrimoniais, com fotografia e descrição sintética e por vezes sem integração na literatura arqueológica. Noutros casos, as ocorrências decorrem de Estudos de Impacte Ambiental que pressupõem uma prospecção exclusiva da área de afectação da obra e não para além dela, impedindo visões de conjunto e considerações mais profundas sobre cada caso. Menores são os casos de escavação, elaboradas quando um sítio vai ser destruído. É obrigatória a entrega de um relatório dos trabalhos à tutela em que, por razões de diversa índole, raramente há espaço para a digestão da informação e a integração dos dados no questionário científico. Trata-se, portanto, de um manancial de informação em bruto que importa estudar.

Neste contexto, vários foram os projectos que permitiram a identificação, relocalização e preservação de património arqueológico em Macedo de Cavaleiros: Trabalhos Arqueológicos na Necrópole medieval de Bornes, Macedo de Cavaleiros (1992); EIA (Estudo de Impacte Ambiental) IP2 – Macedo de Cavaleiros/Vale Benfeito (1997); Relocalização, identificação e inspecção de sítios pela Extensão do IPA – Macedo de Cavaleiros (2000); EIA – Parque Eólico de Pombares (2001); EIA - IP2 Vale Benfeito/Junqueira/ Ponte do Sabor (2002); EIA – Parque Eólico de Bornes, Macedo de Cavaleiros/Alfândega da Fé (2003); EIA – Circular à Cidade de Macedo de Cavaleiros (2005); EIA – Ampliação da Pedreira de Cernadela – Macedo de Cavaleiros (2006); EIA – Ramal da Linha Mogadouro-Valeira para a Subestação de Olmos, a 220kV (2006); EIA – Subestação de Valpaços (antiga sub estação Chaves B) (2007); Subconcessão do Douro Interior – Lote



10, Sub-troço Macedo de Cavaleiros/Vale Benfeito (2009).

Estes trabalhos aliados aos projectos de investigação permitiram que, à data, estejam inventariadas 117 ocorrências patrimoniais na base de dados nacional de património arqueológico (Endovérico) de livre acesso. Estão catalogados sítios desde a pré-história das sociedades camponesas, mais concretamente desde o neolítico/calcolítico, até à Idade Média, ainda o conhecimento relativo às sucessivas épocas seja bastante desigual.

Contribuiu de forma significativa a acção, desenvolvida a partir de 2003, da Associação Terras Quentes, pois foi, em grande parte, resultante dos seus trabalhos de rastreamento arqueológico efectuado entre os anos de 2004 e 2006 ao concelho de Macedo de Cavaleiros, que se passou da existência de 67 sítios registado na base de dados do ex-Instituto Português de Arqueologia, em 2004, para as actuais 117 ocorrências.

4. A ASSOCIAÇÃO TERRAS QUENTES

A Associação de Defesa do Património Arqueológico “Terras Quentes”, instituição de utilidade pública e sem fins lucrativos, foi fundada em 2002 actuando desde então em várias valências: Arqueologia, História, História de Arte,

Antropologia, Conservação e Restauro. As acções de arqueologia de investigação começaram no ano de 2003 tendo de forma consistente e continuada, concretizadas acções em todos os anos subsequentes até ao momento.

SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS INTERVENCIONADOS

1 - Fraga dos Corvos, Povoado da 1ª Idade do Bronze, intervencionado desde 2003 até ao ano de 2012, com 10 Campanhas.





ARA ROMANA ENCONTRADA NUMA CASA PARTICULAR
DE PINHOVELO

- 2 - Fraga dos Corvos, Abrigos do Bronze Final, intervencionados nos anos de 2003 até ao ano de 2007, com 5 campanhas.
- 3 - Terronha de Pinhovelo, Povoado romanizado, intervencionado nos anos de 2004, 2005 e 2006, com 3 campanhas.
- 4 - Caramanchão, Povoado romanizado, intervencionado nos anos de 2003, 2004 e 2006, com 3 campanhas.
- 5 - Fraga da Pegada, Estação de Arte Rupestre, intervencionada no ano de 2006, com 1 campanha.
- 6 - Mamoá de Santo Ambrósio, Monumento funerário, intervencionado nos anos de 2003, 2004 e 2005, com 3 campanhas.
- 7 - Povoado da Idade do Ferro/Romano do Bovinho, intervencionado nos anos de 2003 e 2005, com 2 campanhas.
- 8 - Poço de mineração do Bovinho, Intervencionado nos anos de 2003, 2004, e 2005, com 3 campanhas.



FASE DE TRABALHOS "SECTOR C" DO CARAMANCHÃO



ASPECTO DA MURALHA DA IDADE DO FERRO DO POVOADO DO BOVINHO



POÇO DE MINERAÇÃO DO BOVINHO



VISTA FRONTAL DO FORNO ROMANO DE SALSELAS

9 - Necrópole Medieval do Sobreirinho, intervencionada nos anos de 2003, 2004 e 2006, com 3 campanhas.

10- Santuário de Nossa Senhora do Campo, intervencionado no ano de 2003, com 1 campanha.

11- Forno Romano de Salselas, intervencionado nos anos de 2003 e 2004, com 2 campanhas.

12- Estação do Cabeço da Anta de Salselas, Intervencionada nos anos de 2003 e 2004, com 2 campanhas.

13- Povoado Calcolítico de Xaires, intervencionado nos anos de 2008, 2009 e 2010, com 3 campanhas.

14- Forno de telha contemporâneo do Pradinho, intervencionado no ano de 2003, com 1 campanha.

15- Prado de Cavaleiros, acompanhamento de obras de saneamento, intervencionado no ano de 2007, 1 campanha.

16- Detecção da Via Romana XVII (Vias Augustas), intervenção realizada no ano de 2006, 1 campanha.





TROÇO DO BUGIO (PARCIAL) DA VIA ROMANA XVII

- 17- Detecção do campo militar do Pereiro (Prospecção) intervenção realizada nos anos de 2007, 2008 e 2009, 3 campanhas.
- 18- Real Filatório de Chacim, intervenção realizada no ano de 2006, 1 campanha.
- 19- Azenha da Marta, prospecção, intervenção realizada no ano de 2007.
- 20- Fornos da Cal de Vale da Porca e Salselas, intervenção realizada nos anos de 2005 e 2006, com 2 campanhas
- 21- Forno da Velha, estação de pintura rupestre, realizada nos anos de 2006 e 2009, 2 campanhas.
- 22- Levada Velha, Estação de Arte Rupestre, prospecção, intervenção realizada no ano de 2009 com 1 campanha.

Destas vinte e duas intervenções nos arqueossítios referidos e que se realizaram entre os anos de 2003 e 2012, foram efectuadas 53 campanhas tendo, de todas elas, emergido os respectivos relatórios técnicos entretanto aprovados pela tutela. Estiveram engajados nestes trabalhos cerca de 1.500 alunos dos cursos de arqueologia das seguintes Universidades Portuguesas: Universidade de Lisboa; Universidade Nova de Lisboa; Universidade de Coimbra; Universidade do Porto; Universidade do Minho; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro;

Universidade de Évora; Instituto Politécnico de Bragança; Instituto Politécnico de Tomar. Das Universidades Estrangeiras tivemos até ao momento alunos enviados da Universidade de Valladolid; Universidade de Salamanca; Universidade de Vigo; Universidade Complutense de Madrid; Universidade de Paris; Universidade de S. Paulo – Brasil; e Universidade de Louisville - USA, bem como alunos da escola secundária de Macedo de Cavaleiros. Por protocolo celebrado entre a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Centro de





Arqueologia (Uniarq) a Associação Terras Quentes, e a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, foi possível certificar-se academicamente este “campus”. Arqueólogos responsáveis: João Carlos Senna-Martinez; Carlos Mendes; José Ventura; Hélder Carvalho, João Tereso, Helena Barranhão, Miriam Arranz Gonzalo; Lúcia Miguel; Jessica Reprezas; Elsa Luís; Helena Barranhão; Sofia Figueiredo, Fátima Bento; Nathalie Antunes-Ferreira; Liliana Pereira; Raquel Henriques; João Nunes; Rui Caetano; Fernando Madeira; Catarina Alves; Carla Matias; Márcia Diogo; Clareana Marques; Joana Resende; Olga Antunes; Andreia Carvalho, Nídia Santos; Cíntia Mauricio.

A fim de dar conta aos seus associados e público em geral, a Associação Terras Quentes tem levado a público, com periodicidade anual, (no último sábado do mês de Maio de cada ano) os seus Cadernos Terras Quentes. Em 2012, viu a luz do dia o número 9. Por outro lado tem realizado também com essa regularidade as suas “Jornadas da Primavera”, tendo realizado no ano de 2012 as suas 10ª jornadas. Publicitam-se, também, todos os resultados das intervenções arqueológicas no seu site: **www.terrasquentes.com.pt**, onde se encontra, “on-line”, todos os números dos cadernos atrás refer-

idos nos quais se podem encontrar os resultados das escavações arqueológicas realizadas. Por essa razão não parece racional, no âmbito deste artigo, estar a referir resultados de qualquer intervenção.

Por outro lado, os resultados da investigação potenciados pela acção da Associação Terras Quentes têm vindo a ser associados a projectos de investigação universitários, alguns deles financiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, integrando problemáticas científicas e fornecendo dados para a compreensão de vários períodos cronológicos, nomeadamente a Idade do Bronze, a Idade do Ferro e o período Romano. Assim, a informação respeitante ao actual concelho de Macedo de Cavaleiros tem sido incorporada em publicações científicas nacionais e, em alguns casos, em prestigiadas revistas de arqueologia internacionais.

Com a inauguração em 2006, da sala museu de arqueologia, no Núcleo Central da Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo foi encontrado outro modo de visibilidade aos trabalhos arqueológicos realizados pela Associação Terras Quentes no concelho de Macedo de Cavaleiros. Prevê-se a sua ampliação, passando a museu municipal de arqueologia, com inauguração prevista para o final do verão de 2013.

5. CONCLUSÃO

Ao contrário de outras regiões portuguesas e apesar do interesse intermitente de alguns investigadores, Macedo de Cavaleiros, só começa a ser alvo de estudos arqueológicos sistemáticos nos inícios do século XXI.

Estão hoje, com a acção da Associação Terras Quentes por um lado, e os levantamentos efectuados pela “Arqueologia Privada” por outro, lançadas

as bases para a caracterização da ocupação humana do actual concelho de Macedo de Cavaleiros desde tempos mais remotos. Neste sentido, este território é hoje um reconhecido manancial de informação que importa recolher e estudar, de modo a construir uma visão mais completa da história do concelho, mantendo e ampliando o seu lugar no debate científico actual.





Bibliografia

- ALVES, F. M. (1908) – Monumento inédito ao deus Aerno. O Arqueólogo Português, série I, 13, p. 184-186.
- AZEVEDO, P. (1887) – Extractos archeologicos das "Memórias parochiaes de 1758". O Arqueólogo Português. Série I, 3, p. 101-106.
- AZEVEDO, P. (1900) – Extractos archeologicos das "Memórias parochiaes de 1758". O Arqueólogo Português. Série I, 5, p. 26-31.
- CORTEZ, F. R. (1949) – Novos materiais para o estudo da Idade do Bronze de Trás-os-Montes e Alto-Douro. Régua: Imprensa do Douro (Publicações do Museu Etnológico do Douro, 1).
- CORTEZ, F. R. (1950) – Nuevos materiales para el estudio de la Edad del Bronce de Trás-os-Montes y Alto-Douro (Portugal). I Congreso Nacional de Arqueologia/V Congreso Arqueológico del Sudeste (Almería 1949). Crónica. Cartagena: Papelería Española, p. 149-152.
- FABIÃO, C. (1999) – Um Século de Arqueologia em Portugal – I. Al-Madan, II Série, 8, p. 104-126.
- FERREIRA, P. (1895) – Antiguidades de Trás-os-Montes. O Arqueólogo Português. Série I, 1, p. 47-48.
- FIGUEIREIDO, A. (1887) – Informações archeologicas colhidas no "Diccionario Geographico de Cardoso. O Arqueólogo Português, série I, 3, p. 218-223.
- FREIRE, O. S. (1968) – O Castro de S. Vicente da Chã (Montalegre). Campanhas de Escavações de 1965 e 1966. Trabalhos de Antropologia e Etnologia, SPAE. 20: 3-4, p. 368-375.
- HELENO, M. (1956) – Um quarto de século de investigação arqueológica. O Arqueólogo Português. Série II, 3, p. 221-237.
- HÖCK, M.; COELHO, L. (1972) – Materiais metálicos da colecção arqueológica do Museu do Abade de Baçal em Bragança. O Arqueólogo Português. Série III, 6, p. 219-251.
- JACOB, J. (2000) – O Abade de Baçal, a vida e a obra. In PEREIRA, G. (ed.) Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança. Bragança: C. M. Bragança/ I.P.M. / Museu Abade de Baçal, Tomo I, p. vi-xli.
- JORGE, S. O. (1986) – Povoados da Pré-História Recente (III^a – Inícios do II^a milénios A.C.) da Região de Chaves – V^a P^a de Aguiar (Trás-os-Montes Ocidental). Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras do Porto, 3 vols.
- LEMOES, F. S. (1993) – O povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho. Policopiado.
- LEMOES, F. S. (2001) – Para a História da Arqueologia Portuguesa; Leite Vasconcellos e a Arqueologia Transmontana. O Arqueólogo Português, Série IV, 19, p. 13-28.
- LOPO, A. (1887) – Notícias de Lamalonga – vestígios archeologicos e tradições das pedras. O Arqueólogo Português, série I, 3, p. 287-288.
- LOPO, A. (1900) – Arqueologia transmontana. O Arqueólogo Português. Série I, 5, p. 290-295.
- LOPO, A. (1905) – Fraga da "Moura" em Villa Nova da Torre de D. Chama. O Arqueólogo Português, série I, 10, p. 239-241.
- LOPO, A. (1907) – Dois miliarios ineditos. Trajecto, em território português, de uma via romana de Chaves a Astorga. O Arqueólogo Português, série I, 12, p. 162-164.
- LOPO, A. (1920) – Um monumento funerário de Pinhovel, concelho de Macedo de Cavaleiros. O Arqueólogo Português, série I, 24, p. 240-241.
- MAGALHÃES, A.; FREITAS, A.; SANTOS JÚNIOR, J. R. (1977) – O Castro da Curalha. Quarta campanha de escavações. Trabalhos de Antropologia e Etnologia, SPAE 23: 2-3, p. 267-277.
- MOURINHO, A. M. (1973) – Ponte romana sobre o rio Tuela e síntese das vias e pontes romanas no Nordeste Transmontano. Trabalhos de Antropologia e Etnologia. 23 (2-3), Porto, p. 279-288.
- PEREIRA, G. (ed.) (2000) – Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança. Bragança: C. M. Bragança/ I.P.M. / Museu Abade de Baçal.
- ROCHA, L. (2005) – Origens do megalitismo funerário – a contribuição de Manuel Hellen. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.
- SANTOS JÚNIOR, J. R. (1968) – Quatro lanças de bronze de Lama Chã (Montalegre). Trabalhos de Antropologia e Etnologia, SPAE. 20: 3-4, p. 339-347.
- SANTOS JÚNIOR, J. R. (1975) – A Cultura dos Berrões no Nordeste de Portugal. Trabalhos de Antropologia e Etnologia. SPAE. 22-4, p. 353-516.
- SANTOS JÚNIOR, J. R. (1977) – Novos elementos da remota zoolatria em Trás-os-Montes. Trabalhos de Antropologia e Etnologia, 23.
- SANTOS JÚNIOR, J. R. (1978) – As gravuras rupestres do Outeiro Machado (Vale d'Anta-Chaves). Trabalhos de Antropologia e Etnologia, 23, 2-3, p. 207-234.
- SANTOS JÚNIOR, J. R. (1978) – Estação arqueológica do Olival das Fragas, Quinta da Teresinha, Vilarça, Moncorvo. Trabalhos de Antropologia e Etnologia, 23, 2-3, p. 235-251.
- SANCHES, M. J. (1992) – Pré-história recente no Planalto Mirandês (Leste de Trás-os-Montes). Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos. (Monografias arqueológicas; 39).
- SANCHES, M. J. (1997) – Pré-história Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro (O Abrigo do Buraco da Pala no Contexto Regional), 2 vol., Textos, 1, SPAE, Porto.
- SOEIRO, T. (2000) – Francisco Manuel Alves, etnógrafo das terras bragançanas. In PEREIRA, G. (ed.) Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança. Bragança: C. M. Bragança/ I.P.M. / Museu Abade de Baçal, tomo X, p. i-xiii.
- TAVARES, J. A. (1895) – Arqueologia do districto de Bragança. O Arqueólogo Português, Série I, 1, p. 107-109.
- TEIXEIRA, C.; FERNANDES, M. S. C. (1963) – Machados planos de bronze de Montalegre. Trabalhos de Antropologia e Etnologia. 19:2, p. 169-173.
- VASCONCELLOS, J. L. (1903) – Notícias várias. O Arqueólogo Português, série I, 7, p. 283-288.
- VASCONCELLOS, J. L. (1885) – Portugal Pré-Histórico. Lisboa.
<http://mogadourense.blogspot.pt/>
<http://arqueologia.igespar.pt/index.php?sid=home>